

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Jorge Messias cumpre funções importantes para Lula

AGU comemora o acordo de R\$ 167 bi sobre Mariana

Deve acontecer na sexta-feira (25) a assinatura do acordo de indenização das vítimas do acidente com a barragem de Mariana ocorrido há nove anos, no dia 5 de novembro de 2015. O acordo prevê o pagamento de R\$ 40 bilhões para as vítimas, e mais recursos para reconstrução de estradas, e ações nas áreas de saneamento e saúde. No total, R\$ 167 bilhões, sendo R\$

130 bilhões em dinheiro novo. Apesar dos valores, o acordo parece tão bem-sucedido que as mineradoras Vale e BHP, as donas da Samarco, a mineradora responsável, querem assinar o documento em solenidade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Roberto Barroso. A queda sofrida por Lula poderia adiar a solenidade.

Comemoração

Mas Lula está bem e foi liberado pelos médicos. Condutor do acordo, o advogado-geral da União, Jorge Messias, comemora o resultado. O acordo tem a possibilidade de encerrar mais de uma centena de ações diversas que corriam na Justiça. Tanto no Brasil quando no exterior.

Avanço

O ideal sempre pode ser melhor. Mas a AGU o considera um grande avanço. No começo da negociação, o valor que as empresas queriam pagar era de apenas R\$ 45 bilhões. O acidente matou 19 pessoas. Despejou mais de 43 milhões de metros cúbicos de rejeitos nos rios.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Casas devastadas pela lama na região de Mariana

De “Bessias” a Messias: advogado ganha destaque

O acordo é um dos trunfos recentes do advogado-geral da União, Jorge Messias, que apresentou os seus termos na última sexta-feira (18) em Belo Horizonte. Messias começou a se tornar conhecido de uma forma inusitada. Pela gravação que o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro deixou vaziar entre a então presidente

Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Na conversa, Dilma negociava com Lula entrada no ministério para que ganhasse foro e pudesse evitar a prisão. Em determinado trecho, Dilma pede a Lula que procure Messias, que era seu assessor. Mas, na transcrição, digitou-se errado o nome: “Fala com o Bessias”.

Destaque

Messias superou o episódio e o apelido e começou a ganhar destaque. Tanto que chegou a ser cogitado para a vaga no STF que acabou indo para Flávio Dino. Pesou contra Messias a sua idade. Mas também Lula considerou importante que mantivesse o trabalho na AGU.

Acordos

Há algum tempo, a ordem na AGU era protelar ao máximo todas as ações que envolviam o governo. Ganhava-se, assim, tempo, mas quando o governo perdia, a bolada era astronômica. Messias tem implementado a prática de tentar acordos extrajudiciais.

Evangélico

Jorge Messias cumpre ainda um importante papel político para Lula. Ele é um dos principais condutores da tentativa de aproximação que o presidente faz junto aos grupos evangélicos, onde ele e o PT têm baixa popularidade. Membro da Igreja Batista, Messias faz essa ponte.

Discurso

Messias tem sido acionado para assessorar na montagem do discurso para os evangélicos, e mesmo na aproximação com alguns líderes políticos e religiosos. Por ser ao mesmo tempo filiado ao PT e integrante de igreja cristã, ele consegue unir as duas correntes.

Com parecer favorável, Lira deve pautar limite ao STF

PEC reduz possibilidade de decisões monocráticas

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se manifestou favorável a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2021, que limita as decisões monocráticas (individuais) de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e demais tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em um parecer técnico, Lira reforça que a PEC não suprime o poder Judiciário, tampouco infringe cláusulas pétreas – dispositivos constitucionais imutáveis, que não podem ser alterados por emendas à Constituição.

“Não se busca suprimir ou extinguir a função jurisdicional do Supremo Tribunal Federal, tampouco há interferência em sua autonomia como órgão de controle constitucional. Ao contrário, o objetivo primordial da PEC é a racionalização do exercício de medidas cautelares e de decisões monocráticas, conferindo maior previsibilidade e transparência à atuação judicial. Trata-se, portanto, de um aprimoramento da dinâmica jurisdicional, respeitando os limites constitucionais e preservando a independência funcional do Judiciário”, manifestou Lira.

Limites

No parecer, o presidente da Câmara ainda reforça que a Constituição Federal prevê que “o princípio dos freios e contrapesos admite expressamente que os Poderes da República atuem de maneira coordenada e harmônica, impondo limites



Parecer de Lira sinaliza intenção de votar a PEC

uns aos outros para assegurar o equilíbrio institucional.”

“Outrossim, a limitação imposta às decisões monocráticas, por meio da referida PEC, em nada prejudicaria a jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Ao invés de tolher sua atuação, a proposta reforça o princípio da colegialidade, um dos pilares do sistema judiciário brasileiro, ao assegurar que decisões de grande impacto político ou social sejam apreciadas pelo plenário da Corte, garantindo um processo decisório mais robusto e democrático”, completou o parecer.

O documento, assinado por Lira na última sexta-feira (18) mas divulgado nesta terça-feira (22), foi encaminhado ao ministro do Supremo Kássio Nunes Marques. O magistrado é o relator de uma ação no Supremo contra a PEC, protocolada pelo deputado Paulinho

da Força (Solidariedade-SP), que determina um mandado de segurança, na tentativa de arquivar a PEC e suspender a tramitação.

Paulinho da Força defende que o teor das mudanças propostas na matéria interferem na independência do Judiciário, violando a separação dos Poderes. Com o parecer técnico encaminhado, cabe agora ao ministro definir como será sua decisão liminar.

Pacote Anti-STF

O parecer de Lira é uma forte sinalização de que o presidente da Câmara está mesmo disposto a votar essa parte do chamado pacote anti-STF. A medida foi aprovada no último dia 9 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e faz parte de uma série de projetos aprovados na comissão que limitam a atua-

ção dos ministros do Supremo. Por se tratar de uma PEC, a medida precisa ser aprovada em uma comissão especial da Casa – que precisa ser instalada por Arthur Lira. Como a PEC já foi aprovada no Senado, em dezembro de 2023, a expectativa é que, se pautado no plenário da Câmara, o texto venha a ser agora aprovado.

Além da determinação da Nunes Marques, Lira vinha sendo pressionado pela oposição para se posicionar acerca do tema e para que o pautasse na Casa. A assinatura do parecer é uma sinalização de que Lira pretende mesmo botar a PEC em votação na Câmara. Considerando que seja o caso, a tendência é que essa seja uma das poucas, se não for a única, matéria do pacote anti-STF que será colocada em pauta enquanto Arthur Lira for presidente da Câmara, até fevereiro.

Mais transparência no orçamento em novembro

Por Gabriela Gallo

O relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), informou que a expectativa é que o projeto de lei complementar (PLP) que está sendo elaborado para trazer maior transparência e rastreabilidade às emendas parlamentares será aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado até a primeira quinzena de novembro. O parlamentar deu a informação em conversa com a imprensa após se encontrar com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), nesta terça-feira (22).

O senador disse que está realizando uma “peregrinação” para discutir individualmente com representantes de demais poderes sobre o tema a fim de evitar “surpresas” quando o projeto for protocolado. Dentre as outras autoridades, ele pretende conversar com o próprio ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino.

“Pretendo pedir uma reunião com o ministro [Flávio Dino] para levar a minuta. E quando ele vir que existe um acordo entre os dois poderes, não vejo motivo para ele se posicionar contra. Já conversamos com integrantes da Casa Civil do governo, que também vão encaminhar alguns incrementos ao texto”, disse.

Dessa forma, a expectativa é que já na próxima segunda-fei-

Marcos Oliveira/Agência Senado



Projeto de Coronel torna emendas mais transparentes

ra (28), após o segundo turno das eleições municipais (27), “os demais parlamentares possam se debruçar sobre o tema e votar o projeto o mais rapidamente possível”.

O PLP que está sendo elaborado trata-se de um acordo entre os três poderes para aprimorar a regulamentação, transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares – especialmente as emendas de transferência especiais, conhecidas como emendas Pix. Após o ministro Flávio Dino determinar a suspensão desse tipo de emendas ao orçamento da União, o que gerou atrito entre Congresso e STF, representantes dos três poderes chegaram ao acordo de que as emendas parlamentares continuam per-

mitidas, desde que respeitem os critérios de transparência, rastreabilidade e correção da aplicação desses recursos. As emendas seguem suspensas até que as modificações acertadas estejam concluídas.

Emendas

Questionado pela imprensa, o relator do orçamento confirmou que as emendas de bancada, que atualmente estão em torno de 15 a 20 emendas, passarão a ser no máximo dez. Já as emendas de comissão, “serão destinadas para todas as lideranças, serão distribuídas por partido na comissão, constará em ata e a ata estará disponível nos portais de transparência”.

“Avançamos na questão da rastreabilidade e da transpa-

rencia, que vamos ampliar ao máximo possível, para ficar bem claro, tanto para o Supremo quanto para a sociedade, o que cada parlamentar destinou para a sua base. Há estados cuja bancada é grande e outros com bancada pequena, e o valor é por bancada. Um estado com dez parlamentares recebe o mesmo que um estado com 60. Então, há um certo disparate, que estamos ajustando”, detalhou o senador.

Pix

Já as polêmicas emendas Pix terão a fiscalização e responsabilidade de transparência a cargo dos municípios. Além disso, com o projeto proposto por Coronel, esse tipo de emenda terá prioridade em obras inacabadas e atendimentos a calamidades – como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul (RS) neste ano, por exemplo.

Dessa forma, quando o parlamentar destinar um valor por meio de emendas Pix para um município, o ministério correspondente ao motivo da emenda disparará um e-mail para a Câmara de Vereadores informando que o parlamentar destinou o valor para a obra específica. Além disso, os tribunais de contas também serão comunicados da transferência do recurso.

“Caberá ao parlamentar oficial o ministério de competência, e, a partir daí, quando o recurso chegar na ponta, a comunicação será publicada no Portal da Transparência”.